

*Das Verschwinden Dina Lévi-Strauss' und  
der Transvestismus Mário de Andrades:  
Genealogische Rätsel in der Geschichte der Sozial  
und Humanwissenschaften im modernen Brasilien/  
La desaparición de Dina Lévi-Strauss y  
el transvestismo de Mário de Andrade: enigmas genealógicos  
en la historia de las ciencias sociales y humanas del Brasil moderno.*

Spielmann, Ellen. Edição bilíngüe.

Berlim: Wissenschaftlicher Verlag, 2003

**Transferência e contralegitimação enfocando a guerra das  
relações humanas**

Apagar da história a memória de um indivíduo é uma arte. Arte, aliás, antiqüíssima, como o demonstram os antigos governantes egípcios, que suprimiam dos monumentos o nome dos seus desafetos. Arte, também, eminentemente política. Que se sabe de Dina Lévi-Strauss, além de, no melhor dos casos, que foi mulher do antropólogo Claude Lévi-Strauss? Como, por que razão se faz desaparecer uma cientista da memória acadêmica de um país quando sua presença, paradoxalmente, permanece em todos os arquivos da época? E por que a academia se furta a reconhecer e discutir o homossexualismo de Mário de Andrade, como se este fosse um problema “menor”, que dissesse respeito unicamente à “vida privada” do escritor? Como, por que razão foi preciso reorientar institucionalmente a sexualidade do pai da “autêntica” cultura brasileira que era, além disso, e não esqueçamos, um funcionário do governo Vargas?

Provavelmente o tópico de discussão mais importante das últimas duas décadas, aquele que não só reorientou os estudos históricos e literários como levou também à reformulação de abordagens e conceitos em outras áreas, foi o de construção de nação. Desde que Benedict Anderson publicou em 1983 o seu *Imagined communities: reflections on the origin and spread of Nationalism*, seguiu-se uma crise dos conceitos de nação, nacionalidade, alteridade, obrigando o campo das Humanidades a provar novos caminhos teóricos e a constatar fatos antes invisíveis.

É partindo desta visão pós-nacional – que permite reconhecer a existência de um conjunto de obrigações impostas pelo nacionalismo aos intelectuais para que pudesse ser criada uma genealogia brasileira “pura” –, e da crise da representação etnográfica como prática e discurso, que Ellen Spielmann

nos convida a acompanhar o desenvolvimento e a aplicação das técnicas da muito política arte de fazer desaparecer e de maquilar no Brasil da Era Vargas. E os resultados não deixam dúvidas sobre a importância de abordar a questão do gênero e da sexualidade para entender toda uma série de irregularidades na formulação da identidade nacional brasileira moderna. A pesquisadora tenta deixar claros tanto a necessidade de tal abordagem (“Pues ese proceso condujo, ni más ni menos, que a la volatilización de Dina Lévi-Strauss, y a la reorientación sexual de Mário de Andrade”) (: 63) como o tipo de abordagem realizada:

[...] lo repito para despejar cualquier clase de malentendidos al respecto – que aquí no se trata ni de un “coming out” de Mário de Andrade como homosexual célebre en la escena secreta de su época, ni de una develación de Dina Lévi-Strauss como heroína desde las posiciones de la *Gynocritic/Ginocrítica* sino de algo muy distinto: una revisión de leyendas establecidas en el campo de la historia de las ciencias sociales y humanas del Brasil moderno (: 64).

Nesta revisão de lendas instauradas num território discursivo definido – o das instituições acadêmicas – são situadas as histórias da etnóloga e do escritor. Suas vidas se cruzam num momento histórico preciso e se enlaçam através de mecanismos institucionais determinados. Conhecem-se no Brasil de meados de 1930, onde um governo de corte nacionalista procurava construir o étnico e o regional, na tentativa de formalizar o que se entenderia por “brasileiro”, levando adiante um processo de constituição da nação e invenção de uma identidade nacional moderna. Neste Brasil em que Mário de Andrade era um funcionário importante (chefe do “Departamento de Cultura” e responsável pelo setor de “Expansão Cultural”), disciplinas como a etnografia e a etnologia ocupavam uma posição estratégica. É esta posição que leva Mário de Andrade a dizer que o estudo dessas disciplinas não era uma escolha, mas uma necessidade (ver a fala do escritor na página 71).

A jovem cientista francesa chega a esse Brasil em abril de 1935, contratada pelo governo por intermédio de Mário de Andrade, para dar um curso de etnografia em São Paulo. Com suas conferências, Dina introduziu no país o pensamento etnográfico de Marcel Mauss, que, junto com Lévy-Bruhl e Paul Rivet, tinha fundado o Instituto de Etnologia da Universidade de Paris; introduziu também o pensamento antropológico inglês de Loewie; e os manuais por ela veiculados organizaram os primeiros trabalhos de campo profissionais no Brasil. Além disso, Dina e Mário planejaram juntos um museu etnográfico para o país, nos moldes do *Musée de l’Homme* (projeto que não se realizou); e finalmente, com o objetivo de colecionar objetos, fazer pesquisa etnográfica, fotografar e filmar, o casal Lévi-Strauss (devidamente acompanhado de um funcionário que os vigiava, já que os estrangeiros eram proibidos de realizar expedições em território nacional) esteve

cerca de cinco meses no Mato Grosso, numa viagem feita para coletar dados sobre os Bororó e os Kaduveu. A responsável pelo trabalho científico desde a primeira dessas atividades até a última? Dina Lévi-Strauss, segundo todos os arquivos e fontes da época consultados. Mário de Andrade e Claude Lévi-Strauss eram seus mais ilustres alunos.

O trabalho da etnóloga teve conseqüências da maior importância, uma vez que organizou o pensamento e projetou as instituições que desenvolveriam a atividade etnográfica do país. É da colaboração entre Dina e Mário de Andrade que nasce a Sociedade de Etnografia e Folclore em São Paulo, pensada a partir da linha da Société d'Ethnographie et Folclore. “Comenzando por el nombre, y pasando por los estatutos hasta el programa, [...] todo [...] se encuentra aquí de nuevo. Está reproducido por completo un organismo que se transfiere” (: 86). Isso faz da estudiosa francesa a figura principal no processo determinante de transferência científica entre Europa e Brasil em meados dos anos 1930. Apesar disso, o nome da cientista não significa praticamente nada para a memória acadêmica brasileira: “Mientras que la presencia de Claude Lévi-Strauss crece, debe comprobarse que Dina Lévi-Strauss, en cierta medida, se ha disuelto en el aire” (: 65).

Se ela desaparece, Mário de Andrade, por sua vez, passa por um processo de reorientação sexual. Ellen Spielmann constata uma evidente necessidade, no discurso hegemônico da história da ciência no Brasil, de “reprimir”, no sentido freudiano do termo, o homossexualismo do escritor, e dá a esse processo de repressão o nome de “transvestismo”. A repressão se realiza a partir do silêncio ao redor do tema, da veiculação unicamente das fotografias em que aparece só (em poses “masculinas”) ou ao lado de mulheres, e pelo seguimento acríptico por parte dos pesquisadores das propostas de leitura e interpretação de Mário de Andrade... feitas pelo próprio Mário de Andrade. “[...] en el Brasil solamente se han permitido hasta hoy un Moacir Werneck de Castro y alguien que impone sus propias reglas, como es Caetano Veloso, discutir públicamente el silencio sobre la homosexualidad de Mário de Andrade.” (: 97).

Acompanhando sistematicamente estes processos de desaparecimento e reorientação sexual no processo através do qual no Brasil nacionalista se dá uma genealogia intelectual partindo da construção do étnico e do regional, chega-se a uma tese sobre a razão de ser destas anomalias: é preciso a todo custo evitar que na árvore genealógica, cuidadosamente aparada pelas podadeiras falocêntricas e nacionalistas, se intrometam mulheres (vistas como históricas) e homossexuais (vistos como perversos). Do território da taxonomia das condutas sexuais tomam-se as figuras que, classificando “medicamente” mulheres e homossexuais, autorizarão e institucionalizarão um desaparecimento e uma transvestização.

Ponto importante ainda do trabalho de Spielmann é a instrumentalização do conceito de *transferência*, tomado para operacionalizar a pesquisa e pensar as relações científicas entre Europa e Brasil. O termo percorreu um longo caminho através da história das ciências, da economia do desenvolvimento e da sociologia (transferência tecnológica), passou pela psicanálise (Freud e Lacan), até chegar aos meios massivos e à genética; e hoje passa por um momento de reformulação para sua aplicação aos estudos literários e sociais. A importância da categoria reside em ser uma tentativa de escapar ao binarismo que vem orientando as aproximações ao tema da alteridade – evidenciado nas colocações sobre “o próprio” e “o estrangeiro”, “o eu” e “o outro”, binarismo que serve precisamente para declarar a existência do originário em contraposição ao estrangeiro e que repete a formulação que serviu para construir o próprio conceito de identidade nacional. A autora chega à categoria de transferência depois de estudos exaustivos sobre o tema da alteridade: entre os mais recentes trabalhos publicados no Brasil, temos o “Alteridade desde Sartre até Bhabha: um surf para a história do conceito” (Em: *Revista Brasileira de Literatura Comparada* n° 5, 2000) e “Paralelas e paradoxos: São Petersburgo-Brasília, Leningrado-São Paulo” (Em: *Tempo Brasileiro* n° 132, 1998). Em espanhol, está o *Las relaciones culturales entre America Latina y Estados Unidos después del fin de la Guerra fría* (edição e introdução, de 2000) e o artigo “Los costos de una huachafa limeña: Boucher, Tiziano y Bacon en manos de Vargas Llosa” (Em: *Revista de crítica literaria latinoamericana*, n° 56, 2002).

Seria preciso, para finalizar, perguntar-se sobre a importância de tudo isso. A foucaultiana história genealógica que Ellen Spielmann bosqueja é a da transferência de disciplinas que nascem marcadas como “filhas do colonialismo”, dado que jamais deixa de lado a tentativa de entender como e para que foram construídos os conceitos de étnico e de regional como conceitos identitários. Sua preocupação é eminentemente prática: uma história genealógica é contra-legitimadora e “tiene sobre todo una función de contra-memoria. [...] La tarea es más bien intentar transformar el presente en su relación con el pasado”.

Ana Isabel Borges  
[UFRJ]